

POPULAÇÕES SERRANAS EXCLUÍDAS, CIDADES INSUSTENTÁVEIS

Proceso de producción de conocimiento: Avance de investigación en curso

Grupo de Trabajo nº 08: Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social.

Nombre de lo ponencista: Sergio Portella

Resumen:

Ao destacar o evento-extremo de 12 de janeiro de 2011, nas cidades serranas do estado do Rio de Janeiro, Brasil, quer-se exemplificar paradigmaticamente a tríade: problemas contemporâneos/ inadaptação governamental/ baixa participação pública, e apontar reflexões sobre o fosso entre o discurso pela participação social e a sua inexistência. O objetivo é produzir reflexão que polemize a tecnicidade dos relatórios científicos produzidos e, dessa forma, ser capaz de se integrar ao conjunto de reflexões a questão maior: Como se pode planejar lugares mais resistentes que sejam, simultaneamente, socialmente justos, apresentem vitalidade econômica, sejam ecologicamente compatíveis, e menos vulneráveis a desastres? As reflexões são resultados da análise de documentos técnico-científicos, de matérias jornalísticas e de entrevistas com integrantes de movimentos comunitários.

Palabras claves: Desastres, Exclusão Social, Políticas Públicas.

1. Objetivos e metodologia

Este trabalho quer ao destacar os eventos-extremos de 11-12 de janeiro de 2011, nas cidades serranas do estado do Rio de Janeiro, Brasil, exemplificar paradigmaticamente a nossas dificuldades com relação à tríade: gestão governamental/conhecimento técnico-científico/cidadãos, e apontar algumas reflexões que buscam superar o fosso entre o discurso em prol da participação pública e a inexistência de ações para envolver os cidadãos, mesmo para aqueles que estariam dispostos a fazê-lo. Essa tríade sintetizada na relação poder-conhecimento-população, reflexa em todas as áreas da administração estatal, mas especificamente no evento extremo estudado, pode oferecer a possibilidade de produção de reflexão que polemize a tecnicidade da maioria dos relatórios produzidos, e aqui sintetizados.

Em um dos vértices da tríade, problemas mundializados e inadaptação dos governos a estes deram à participação social um valor mítico (Milani, 2003). Ela, dinamizada, seria a panacéia que resolveria as dificuldades crescentes da gestão dos governos. A expressão Participação Pública transformou-se, então, em um dos eixos fundamentais da generalidade do espectro político dos discursos que seguiam da direita à esquerda sem deixar de passar pelas posições mais centrais, resultados das últimas crises de relacionamento entre governo-ciência e cidadãos. A partir dessas consensualidades discursivas, as agências apoiadoras nacionais e internacionais passaram então a exigir em relatórios de prestação de contas de seus apoiados a formulação e a comprovação de metas atingidas em ações nomeadas como participação social em projetos e políticas, com deliberação democrática local. Por essa mesma exigência de agentes financiadores, inevitavelmente, viu-se a institucionalização da consulta à “sociedade civil” nos processos de formulação de políticas públicas locais e da participação social em execução de projetos sociais, mesmo que privados. Formulou-se e implementou-se o “princípio participativo”, que então poderia ser encontrado nos discursos das mais variadas instituições internacionais, apoiado por atores tão diversos quanto o Banco Mundial, a União Européia, as Nações Unidas, e organizações não-governamentais e integrantes do Fórum Social Mundial. Documentos de referência internacional acabaram, por coerência metodológica, a colocar tal

princípio no coração dos debates pelo desenvolvimento sustentável como o *Human Development Report* de 1993, publicado pelo *United Nations Development Programme* (UNDP, 1993). No mesmo rastro, em 1999, o Banco Mundial, publica de *Voices of the Poor*, que agendou e costurou definitivamente as práticas participativas por dentro de seus projetos pela sustentabilidade (Milani, 2003).

Mas, mesmo que referendada em todos esses discursos, e em muitos casos promovendo uma sintaxe própria, hoje ainda não se sabe como fazer para que a participação social seja impactante na resolução dos problemas mundializados e na superação da inadaptação dos governos aos mesmos.

Para tanto, as considerações aqui apresentadas são resultados da análise dos documentos técnicos de várias instituições envolvidas no evento-extremo apontado, de matérias jornalistas, e de entrevistas com os moradores das cidades serranas, integrantes de movimentos comunitários próprios. Tais considerações estão correlacionadas a várias questões mais gerais destacadas pela literatura de riscos e desastres, em especial pelo artigo “Catástrofes, Imaginário e Cidadania: A Produção do Outro e a Singularidade das Experiências” do pesquisador da Universidade de Coimbra, professor José Manuel Mendes (2012)..

2. Discussão do evento-extremo

O risco é uma condição latente, segundo Narváez & al (2009), que não sendo modificada ou mitigada, por ação humana ou por mudanças nas condições físico-ambientais, anuncia um determinado nível de impacto social e econômico, quando um evento-extremo detona ou atualiza o risco existente. Essa condição latente de risco pôde ser observada durante o verão de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro, Brasil, de relevo acentuado, de altitudes médias entre 650 metros e 1.100 metros. A atualização do risco existente naquela área foi consubstanciada por um evento-extremo inesperado de chuvas fortes. Durante cinco horas, na passagem de 11 para 12 de janeiro de 2011, a chuva alcançou a intensidade de 130 mm/hora, gerando o transbordamento de todos os rios da região serrana e arredores e que integram a bacia do rio Paraíba do Sul (Bacia extensa que banha os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Essa precipitação produziu mais de 750 deslizamentos de terra em uma área de cerca de 350 quilômetros quadrados, com a média impressionante de mais de dois desabamentos por quilômetro quadrado. Um evento-extremo que corresponde às máximas chuvas diárias históricas registradas desde que se iniciaram as leituras na região, “com Tr’s variando de 70 a 125 anos, calculados pela fórmula de Cunnane” (Medeiros, 2012).

De clima, segundo a classificação de Köppen, Subtropical de Altitude (Cwb), com verões chuvosos e invernos mais frios e secos e a temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C, as chuvas nas cidades serranas fluminenses variam de 1.342 a 3.235 mm/anuais (Medeiros, 2012). Em função do perfil geoambiental, de montanhas cobertas por Mata Atlântica e seus resquícios nas áreas não-protegidas, os moradores se dizem acostumados com deslizamentos de terra e transbordamento dos rios. Infelizmente, a naturalização dos eventos das chuvas de verão não gerou uma preparação por acúmulo de experiências das vivências anteriores e nessa madrugada de janeiro de 2011, o número de mortes chegou a mais de mil pessoas (909 corpos resgatados e oficialmente reconhecidos e 241 pessoas não encontradas – ver tabela 1). Foram estimados danos superiores à ordem de um bilhão de reais (mais de US\$ 700 milhões).

Tabela 1. Números de pessoas desalojadas, desabrigadas e óbitos em consequência do evento extremo de 12 de janeiro de 2011, por município, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Municípios	Desalojados	Desabrigados	Óbitos
Areal	657	65	-
Bom Jardim	1.186	632	2
Cordeiro	24	19	-
Macuco	28	24	-
Nova Friburgo	4528	789	428
Petrópolis	6.956	187	71
S.M. Madalena	284	44	-
S.J. do V. Rio Preto	300	230	2
S. Sebastião do Alto	32	75	-
Sumidouro	300	109	22
Teresópolis	9.110	6.727	388
Total	23.405	8.901	913

Fonte: Comando Central de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2012

Em documentos oficiais sobre a análise dos acontecimentos de janeiro de 2011 (CREA-RJ 2011a, 2011b, 2012; Brasil, 2011a; Brasil, 2011b) existe um incômodo consenso sobre os fatores determinantes do desastre: primeiro o próprio evento meteorológico, associado às características geoambientais da região. Segundo, um conjunto de problemas ligados ao ordenamento territorial, como a política dos usos de solos e o crescimento urbano descontrolado. E, terceiro, a falta de planos de prevenção e emergência locais. Todos esses fatores, em conjunto, teriam criado um ambiente de difícil gestão na noite de janeiro de 2011.

Assim, em 12 de janeiro de 2012, como não havia plano a seguir, a mobilização de recursos materiais e humanos foi feita de maneira improvisada e, de acordo com a disponibilidade de colaborações espontâneas. Várias agências governamentais foram acionadas nas primeiras horas após a tragédia para trabalhar na dragagem de rios, evacuar áreas de risco, abrir estradas, como o Departamento de Estado da Saúde, a Secretaria Estadual de Ação Social, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente pelo Instituto de Meio Ambiente - INEA, Secretário de Estado das Obras, dentre outras. O Governo Federal esteve presente e atuou operacionalmente através das Forças Armadas e da Força Nacional de Segurança, com o fornecimento de recursos humanos, equipamentos e construção de hospitais de campanha e pontes temporárias.

Por fim, a inexistência de planos prévios, promoveu o surgimento de enormes constrangimentos institucionais, no relacionamento administrativo, organizacional e operacional, no âmbito estadual, municipal e federal, no longo pós-desastre que se seguiu aos acontecimentos iniciais. Uma falta de encadeamento de comando e responsabilidades que, por consequência, foi imediatamente militarizada. Esta podou contribuições de várias instituições nacionais e, inevitavelmente, desconsiderou os recursos de conhecimento e de ação locais.

A inexistência de planos de contingência, hoje, no Brasil, é um fato que, nas cidades serranas, tem o seu exemplo mais trágico. Sem seus planos locais de prevenção e emergência a população ficou refém das ações externas, fossem estaduais, federais ou humanitárias. Tais ações realizadas por sua necessidade evidente, não deixaram, no entanto, de excluir a própria população de sua alteridade como comunidade que decide por sua vida e organização. O sistema municipal ficou exposto em sua ineficiência, até a atingir níveis de desagregação, nos meses posteriores ao evento, inimagináveis, com a destituição dos prefeitos tanto em Teresópolis, como em Nova Friburgo, por improbidade administrativa, fraude e corrupção.

No entanto, paralelamente, várias centenas de voluntários e organizações se mobilizaram desenvolvendo ações de assistência pública, coleta e transporte de roupas, alimentos, remédios e organizando abrigos. Inúmeras redes de apoio se formaram espontaneamente através das redes sociais e de sites e blogs, veiculando campanhas, informações e expressando solidariedade ao povo serrano. No momento do evento, em função do colapso das comunicações de telefonia fixas e digitais, a rede de rádio madores foi fundamental, que combinada com grupos de trilheiros e pilotos *off-road*, com seus carros e motocicletas, promoveram o salvamento de muitas pessoas isoladas. As associações imediatamente começaram a se reunir para avaliarem danos e proporem cooperações aos serviços públicos.

Esse encontro entre instituições públicas, privadas e o conjunto da população, em um evento-extremo, é uma das positivities da situação do evento-extremo. A solidariedade flui e a colaboração e a participação social se materializam no dia-a-dia. No entanto, se o sistema público – principalmente local - não está preparado para suportar (com todos os significados do termo) tal encontro, o encontro não se mantém e se desfaz rapidamente. Em entrevista, a afirmação de integrantes da associação de moradores de Córrego Dantas – um dos bairros que na prática foi destruído pela forças das águas fluviais e por inúmeros desabamentos - evidência tal fato:

“Depois do enfrentamento direto à tragédia, durante aproximadamente dez dias que se seguiram a tragédia, procuramos um vereador local, mas não fomos ouvidos. Então com três pessoas da Associação de Moradores fomos buscar ajuda junto à prefeitura. Voltamos frustrados, pois a prefeitura estava entregue ao Governo Estadual. Sugerimos que fizéssemos uma reunião no bairro com algumas lideranças locais (cerca de sete pessoas) para iniciar uma mobilização. Por alguma razão, compareceram cerca de 150 pessoas. Era um grande grupo heterogêneo em faixa etária, condição social, cultural, etc. Produzimos a primeira lista de demandas, elegemos uma comissão de reconstrução (30 pessoas) e agendamos a primeira reunião desta comissão e a próxima assembléia da comunidade”. (entrevista com morador, Nova Friburgo, 2012)

Apesar de todos os documentos, em todos os níveis da administração pública, sejam nacionais ou internacionais, valorizarem a participação pública e, muitas vezes a tenham instituída com o rigor da lei, caso da Constituição Brasileira de 1988, na prática, quase não existem mecanismos gerais que a torne efetiva e em rotina. Salvo as exceções de alguns orçamentos participativos (conhecida experiência da cidade de Porto Alegre, RS) e, do esforço por parte das políticas públicas ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. No caso das cidades serranas, as ações governamentais e humanitárias, acabaram por confirmar o processo de exclusão da alteridade e da cidadania de sua população.

Diante de tantas lacunas nas políticas públicas, e de numerosos problemas de complexa resolução, é muito curioso o quão pouco se produziu cientificamente sobre o assunto. A construção de *papers* científicos críticos e com propostas de intervenção seria o esperado, mas o nosso inventário se resume a dois artigos que mencionam objetivamente o evento-extremo das cidades serranas (um sobre as condições meteorológicas, apresentado em Congresso, e outro de discussão conceitual sobre a importância da prevenção, indexado no *Scielo* - aqui incluídos nas referências). Tão vulnerável quanto populações e programas de políticas públicas, também aí está a produção de conhecimento científico para a área de riscos e desastres no Brasil. Uma hipótese é de que o consenso entre autoridades e pesquisadores sobre despreparo da sociedade brasileira - e principalmente de seus governos - é tão forte que, em função dos constrangimentos que traz para as

instituições responsáveis, a discussão em torno dos riscos e desastres existe mas poucas vezes se torna pública.

Dessa forma, esse evento extremo acelerou processos de mudanças nas máquinas governamentais, modificou-os em várias direções e promoveu o surgimento inesperado de outras. A criação do Cemaden (decreto 7.513, de primeiro de julho de 2011 – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) é um dos exemplos do inesperado do desastre. Sem fazer parte em nenhum momento do planejamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), através de um decreto presidencial foi criado o centro em Cachoeira Paulista (município do Estado de São Paulo) e verbas girando em torno de R\$ 200 milhões de reais, que através de alta tecnologia visa monitorar as condições meteorológicas do país conectado a uma rede de radares e satélites. O Cemaden no MCTI indica uma dúvida no governo federal sobre suas capacidades de gestão, já que desloca a centralidade das ações de monitoramento do Ministério da Integração Nacional - onde se encontra a Secretaria Nacional de Defesa Civil e que também é responsável pelos alertas nacionais de prevenção, riscos e desastres. Seguindo o MCTI, também foi criado no âmbito do Ministério da Saúde, a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011), que tem o objetivo de dar conta e apoio às emergências em todo o território nacional na área de assistência de saúde e saúde pública. Seguindo este ciclone de mudanças, a Assembleia Nacional criou comissão para avaliar o aparato legal e a lei de desastres. Essa comissão gerou proposta de lei que foi discutida, modificada e promulgada sob o número 12.608 de 10 de abril de 2012 e que “institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências”. No Estado do Rio, para além do esforço em produzir mapas de riscos dos 92 municípios (hoje em 70% do total, segundo fontes oficiais), está sendo construído um Centro de Operações estadual (Informatizado e ligado em rede com todos os municípios), a exemplo daquele que foi construído exclusivamente para a cidade do Rio de Janeiro. Como já dito, a cidade do Rio é um exemplo de discussões e investimentos nas áreas de segurança e risco. Uma integralidade que no governo federal, apesar da disponibilidade de recursos, ainda não é vista. Para apoiar o Cemaden como um Sistema de Alerta mínimo, o CENAD (Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério da Integração Nacional) foi reaparelhado e remontado em nova área para receber as avaliações do Cemaden e repassá-la ao restante das defesas civis estaduais e instituições interligadas para o resto do país. Tudo isso, fazendo parte do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais 2012-2014, agosto, lançado durante a inauguração do novo CENAD pela presidente Dilma.

A desvalorização desse impacto administrativo nas discussões sobre a gestão do risco seja pelos relatórios técnicos ou por artigos científicos aponta para três direções: 1. Para o tamanho do Brasil, as ações ainda são pequenas dentro dos vários níveis de governo e não têm a devida racionalidade de sistema que a área de riscos e desastres exige, tornando difícil superar a inércia da atual máquina instalada do Estado brasileiro; 2. Dessa forma, o tema não ganha a devida capilaridade e importância para os cidadãos, nem a devida transparência pública por parte dos governos, e 3. Portanto, o tema permanece uma agenda menor dentro da máquina estatal – em que o principal indicativo é a nova Lei 12.608, que não institui um fundo regular para financiamento das ações, como existe no Sistema Único de Saúde, na Educação, ou mesmo no sistema meritocrático de C&T (com suas infundáveis métricas de mérito e competência) para distribuição sistemática de recursos. Na legislação que acaba de se aprovada em abril de 2012, não existe uma mecânica pública de financiamento do setor. Na prática, a responsabilidade quase integral por pagar a conta da organização sistema de prevenção em nível local ficou na mão dos municípios, que em sua maioria não tem condição de fazê-lo.

Esse foi grande o impacto para além das serras fluminenses. Mas o que isso significou para a população desses territórios até o momento (ou qualquer outra comunidade no Brasil ou para a população

brasileira como um todo)? Não muito. Sem capilaridade, o sistema de proteção civil não chega até a população, seja como prevenção, seja como recuperação, mormente como resposta. Podemos seguir a lista sextupla disponibilizada por Mileti & Gailus (2005). O **ordenamento do território**, conjugado à **engenharia e códigos de construção**, com foco na prevenção e gestão de riscos, é o desenvolvimento da área de planejamento urbano que os poderes locais não estão capacitados a realizar. Com exceção das grandes capitais brasileiras e algumas outras cidades de médio porte, as municipalidades não produzem esse trabalho de maneira sistemática e integrada com regiões, estados e o país. Desta maneira, discutir **mutualidade e seguros** inteligentes, coligados às emergências e prevenção, torna-se no Brasil de hoje uma impossibilidade estrutural. Essa situação sobrecarrega os sistemas governamentais na **preparação para a emergência e recuperação**, tornando-os isolados tanto do setor privado, como da própria população. A preparação de planos de resposta e segurança, de prevenção e de contingências exigiria dos poderes públicos uma transparência que eles não estão acostumados a oferecer, compartilhamento de planejamentos e de decisões, com gestões mais participativas que as máquinas estatais não sabem nem como gerir. Vejamos, o desenvolvimento de instâncias altamente capacitadas em **novas tecnologias**, como o Cemaden e o CENAD, que apesar da intensividade em uso tecnológico possui baixa capilaridade com as comunidades nacionais, necessitando da intermediação das secretarias estaduais de defesa civil, sem conexão direta com a população, apesar da viabilidade técnica atual. Restam, por fim, os serviços de **aviso e alerta locais** para áreas consideradas de alto risco, como os instalados em comunidades da cidade do Rio de Janeiro e nas cidades serranas. Esses sistemas são a principal ação pública para gestão do risco nessas cidades, conectados aos serviços de informação de radares e satélites meteorológicos que têm o benefício de organizar as rotas de fuga e de abrigos nessas áreas de risco e capacitação habitual para essas comunidades em simulados. Mas, sistemas de alerta, isolados das ações acima, se possuem a vantagem de salvar vidas, possuem a desvantagem de facilitarem a “naturalização” de condições sociais e de riscos inaceitáveis.

Situação de exclusão que foi aprofundada pela internacionalização do evento-extremo e a sua valorização na mídia internacional que o associou aos fenômenos das mudanças climáticas. O interesse do Banco Mundial no evento lembra a imagem utilizada por Boaventura Santos do encontro entre o tecnocrata do Banco Mundial e o agricultor da savana africana, que pela lógica capitalista, os transforma em seres de épocas diferentes no mesmo presente. Expropriado de sua própria história e valor, o agricultor não tem nada acrescentar sobre a sua situação ancestral nos relatórios atualizados do tecnocrata globalizado. A semelhança dessa imagem com a tentativa de se promover a visita do presidente de Banco Mundial às cidades serranas é impressionante. As rotas do helicóptero do alto tecnocrata chegou a ser traçada e toda a logística de segurança produzida. No momento, da visita, a diretoria optou por manter o encontro com a presidente Dilma e garantir a divulgação na mídia do empréstimo ao Governo do estado do Rio de Janeiro para as obras milionárias de contenção e drenagem. Mas, o essencial foi feito, o evento-extremo das cidades serranas foi integrado ao referencial internacional defendido pelo Banco Mundial de que estamos diante de uma revolução do sistema ecológico mundial, referendando as estratégias internacionais de intervenção econômica para a prevenção do risco. No entanto, não chegou a se transformar num exemplo de intervenção máxima como foi o caso do Haiti ou de tsunamis asiáticas, que justificariam participações diretas dos *staffs* tecnocratas do Banco Mundial. Mas, por esta ação, a população das cidades serranas havia sido excluída de seu próprio desastre, que agora passa a figurar como exemplo planetário das mudanças climáticas.

Esse conjunto de ações-manobras faz com que a população seja excluída de seu desastre, como nas fábricas fordistas do início do século passado, aonde pela aplicação da administração científica do trabalho de Taylor (Canguilhem, 2001), o conhecimento comunitário, local, e pessoal vai sendo extraído e impessoalizado em relatórios técnico-científicos. A aparente apatia passa a ser ação comum nessas comunidades e o desastre emocional, invisível, é muito pouco compreendido e estudado. A decisão de não-envolvimento da população gera impactos na resiliência comunitária. Nas cidades serranas, o impacto emocional na população é ignorado e *invisibilizado* pelas instituições e governos, e muitas vezes associado à produção de culpa individualizada, constringendo a população a expressá-lo (Valencio, 2008).

3. Considerações Finais

“O que escapou aos psicólogos da enquête de Hawthorne é que os operários não tomariam como autenticamente normais senão as condições de trabalho que eles mesmos teriam instituído em referência a valores próprios e não emprestados, e que o meio de trabalho que eles tomariam como normal seria aquele que eles teriam feito eles mesmos, a eles mesmos, para eles mesmos. Todo homem quer ser sujeito de suas normas. A ilusão capitalista está em acreditar que as normas capitalistas são definitivas e universais, sem pensar que a normatividade não pode ser um privilégio”. (Canguilhem, [1947], 2001: 120).

A discussão internacional é muito profícua em termos de políticas públicas para a área de risco e desastres, basta entrar nos sites da ONU correlacionados à Estratégia Internacional de Redução de Desastres. Elas são listas racionais de normas para ações públicas coerentes, como a lista básica de um supermercado, basta segui-la. No entanto, não basta comprá-la - quando se tem o dinheiro disponível para isso – pois, na prática, vai muito além de sua aplicação. É preciso desenvolver algo que é superior a qualquer lista de ação governamental e que, no momento, não temos e ninguém sabe como fazê-lo... um fenômeno que tem a ver com os princípios de uma sociedade democrática segura e sadia, ou, paradoxalmente, com sociedades sob a pressão de um evento-extremo: o surgimento da participação consciente, solidária e espontânea dos cidadãos. Cidadãos que se ouvem e agem em conjunto. Como aquele surgido, nos dias posteriores ao desastre serrano, pela solidariedade voluntária expressa nas redes sociais digitais e materializadas em recursos materiais e humanos para os cidadãos atingidos. E nesse ponto, o desenvolvimento e universalização da internet e de suas redes de compartilhamento de informações e interesses, com suas chamadas redes sociais, talvez tenham muito a oferecer, inclusive o atual sistema de representatividade político, visivelmente combalido e expressão da inadequação dos governos aos tempos atuais.

Existe um pensamento basal que pode ser nosso maior obstáculo e que está expresso de maneira brilhante por Canguilhem na citação no início dessas considerações finais: é que a ciência (“os psicólogos de Hawthorne”) está interligada e a serviço do poder (“ilusão capitalista”). E esse poder quer – como a ciência estabelecida, em um processo de reflexividade – promover normas universais, ignorando que “todo homem quer ser sujeito de suas normas”. Por isso, nossos sistemas de política pública têm dificuldade em promover o que seria a participação dos cidadãos, pois não os ouve (são silenciosos), nem os vê (são invisibilizados). Esse, o paradoxo.

O que se deseja atingir as políticas públicas de redução de riscos? São os mecanismos e os valores de qualquer sociedade democrática: que seja segura, saudável e sustentável. Esteja em desastres, ou não. É preciso entender que normatizá-la universalmente – como em uma esteira de Ford - pode não ser um bom caminho. No final, é o privilégio que Canguilhem diz que o capitalismo não quer abrir mão: quem faz as normas? De quem é o poder de normatividade? Por isso, na busca da redução de desastres, não é estranho perguntar: Como alguém ainda hoje consegue se definir como metrópole da gestão do risco? Como alguém hoje consegue se dizer dono da fábrica fordista de desastres? E, no caso da decisão de quem vive e quem morre: como os desastres serão distribuídos, a partir de normas universais?

As perguntas politicamente corretas são simples e em sua generalidade já foram também registradas. E as respostas são óbvias, e em seu território, os cidadãos das cidades serranas que vivem em risco as sabem!

Como se pode planejar lugares mais resistentes que são, simultaneamente, socialmente justos, apresentam vitalidade econômica, são ecologicamente compatíveis, e menos vulneráveis a futuros desastres? (Berke & Campanella, 2006)

Essa é a única pergunta, ou a pergunta que vale o prêmio de todos os prêmios e esta conectada à sobrevivência da espécie humana em condições dignas e conscientes. Provavelmente, todos nós a saibamos responder. Mas, existe uma distância abissal entre saber e realizar, como nos mostra a situação atual das cidades serranas com 80% de suas obras de contenção por fazer depois de dois anos de dedicação incontestável do governo estadual. Estamos mais uma vez diante do paradoxo. Na capa do Globo do dia 12.12.12 (nota), estavam fotos de final do mundo das cidades serranas, sob o título “Dois anos depois, tudo igual”. Em seu texto o jornalista dizia que passado dois anos, parecia que, em alguns locais dessas cidades, o tempo havia parado. Parado na noite de 11-12 de janeiro de 2011. Por isso, é preciso associar Canguilhem a Fernando Pessoa: “quem tem alma tem pressa”. Ou, em outras palavras, quem precisa viver não pode esperar que outros lhes ofereçam a sua possibilidade. E talvez por isso a grande maioria dos moradores evacuados, hoje, está a voltar para suas casas em áreas classificadas como de alto risco. A vida deles precisa continuar nessas cidades lindas, serranas e insustentáveis, mesmo que, sob o olhar vigilante da vegetação artificial de sirenes de alerta precoce. Eles querem e são sujeitos de suas próprias normas, seja a nossa sociedade de risco, ou não. Mas, se todos nós queremos e somos sujeitos, é preciso inaugurar uma civilização onde sejamos capazes de nos ver e ouvir.

4. Referências

- BERKE, P. & CAMPANELLA, T. (2006). Planning for Postdisaster Resiliency. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 604: 192-207
- Resolução nº 09/2011. *Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro do Brasil*. Relatório final – Comissão parlamentar de inquérito para investigar as circunstâncias, os fatos, as possíveis omissões, negligências, imprevidências e averiguar possíveis responsabilidades de agentes políticos, públicos e de terceiros, em face do desastre ocorrido nos municípios da região serrana do estado do Rio de Janeiro decorrente das fortes chuvas que causaram inundações e deslizamentos de encostas no período de 11 e 12 de Janeiro de 2011.
- Relatório de Inspeção de Fevereiro de 2011. *Ministério do Meio Ambiente do Brasil*. Área atingida pela tragédia das chuvas, Região Serrana do Rio de Janeiro. Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco: o que uma coisa tem a ver com a outra?
- CANGUILHEM, G. (2001). Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, v. 12, n. 2-3 (35-36).
- CPRM/Brazilian Geological Survey (2001). Diagnostico geoambiental do Estado do Rio de Janeiro. CPRM em <http://www.rj.cprm.gov.br>
- CREA-RJ (2011a). Relatório preliminar da inspeção realizada em áreas de Teresópolis e Nova Friburgo afetadas pelas fortes chuvas em Janeiro de 2011 em <http://www.crea-rj.org.br>.
- CREA-RJ (2011b). Relatório – Tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro após decorridos 6 meses em <http://www.crea-rj.org.br>.
- CREA-RJ (2012). Terceiro relatório de inspeção a região serrana do Estado do Rio de Janeiro - um ano após a tragédia ocorrida em Janeiro de 2011 em <http://www.crea-rj.org.br>.
- MEDEIROS, V. & BARROS, M. (2011). Análise de eventos críticos de precipitação ocorridos na região serrana do estado do Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de janeiro de 2011. In Anais do XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.
- MENDES, J.M. (2012). Catástrofes, Imaginário e Cidadania: A Produção do Outro e a Singularidade das Experiências. In: Bertulino José Souza e Helder Calvacante Câmara (Orgs.), *Imaginário. Novos Desafios, Novas Epistemologias*. Aveiro: CIEDA.
- MILANI, C. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, Enape, FGV – Rio de Janeiro 42(3):551-79.

- MILETI, D & GAILUS, J. (2005). Sustainable Development and Hazards Mitigation in the United States: Disasters. In *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. Springer, 10: 491-504.
- NARVÁEZ, L; LAVELL, A. & ORTEGA, GP. (2009). *La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos*. San Isidro: Secretaría General de la Comunidad Andina.
- TAVARES, A. & MENDES, J. (2010). Risk prevention, reduction and planning policies. Misunderstandings and gaps on local context. *Risk, Models and Applications, Selected Papers*. Germany: Ed. Kremers & Susini, pp.73- 88.
- VALENCIO, N. (2010). Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. *São Paulo: Saúde e Sociedade*. 19(4),748-762.
- WORLD BANK (2010). *Natural hazards, unnatural disasters: the economics of effective prevention*. Washington DC: WB/UN.